

# De Pio XII a Paulo VI

## Do conservadorismo à incerteza da renovação durante a Guerra Fria

Virgílio Caixeta Arraes

### Sumário

1. A nova ordem mundial no pós-Segunda Guerra Mundial. 2. A Guerra Fria. 3. Santa Sé no pós-Segunda Guerra Mundial. 4. A renovação necessária: Concílio Vaticano II. 5. A questão cubana. 6. O legado de João XXIII. 7. Paulo VI: a difícil e histórica missão de renovação. 8. A guerra do Vietnã (1965-75) e sua crise. 9. O legado do Concílio Vaticano II.

“Não é, no entanto, fácil, em meio a tanto desarranjo de coisas, enquanto a disposição de muitos ainda permanece agitada de sentimentos de vingança, alcançar uma paz que seja igualmente moderada pela equidade e pela justiça, que satisfaça com fraterna caridade as aspirações de todos os povos e elimine os germens latentes das discórdias e das rivalidades. Conseqüentemente de modo especial são esses que têm necessidade das luzes celestes, cabendo-lhes o gravíssimo encargo de resolver tal problema, de cujo juízo depende a sorte não apenas de sua nação, mas também de toda a humanidade e das futuras gerações (...) Considerem estes, refletindo atentamente diante de Deus, que tudo o que ultrapassasse os limites da justiça e da equidade, certamente, cedo ou tarde, voltaria com enorme dano para os vencidos e vencedores, pois aí estaria escondida a semente de novas guerras” (Cf. PIO XII, 1945).

Virgílio Caixeta Arraes é Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Mestre e doutorando em História das Relações Internacionais pelo Departamento de História da mesma instituição.

“A América optou pela unidade ocidental em relação às negociações Oriente-Occidente. Ela não tinha realmente nenhuma outra escolha, pois não ousava correr o risco de dar ouvidos às sugestões de Stalin somente para descobrir que ele estava utilizando as negociações para solapar a nova ordem internacional que a América estava tentando construir. A restrição transformou-se no princípio de orientação da política ocidental, assim permanecendo durante os próximos 40 anos” (Cf. KISSINGER, 1997, p. 523).

### 1. *A nova ordem mundial no pós-Segunda Guerra Mundial*

Após praticamente três séculos de vigência, o sistema multipolar – caracterizado pela existência de vários centros de poder, de porte econômico-militar similar, dispostos a não permitir o surgimento de uma única hegemonia que lhes pudesse ameaçar a existência, definido pela Paz de Vestfália, em 1648 – findara-se para gerar um novo: o bipolar, em que Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS)<sup>1</sup> procurariam exercer sua capacidade de hegemonia em suas respectivas áreas, definidas ainda a partir de antes do fim da Segunda Guerra em três grandes conferências – Teerã, novembro de 43; Yalta, fevereiro de 45; e Potsdam, julho de 45 –, que contariam também com a participação da Grã-Bretanha como acólito involuntário dos norte-americanos.

O sistema bipolar foi aceito em decorrência do caos sistêmico que se instalara no mundo, com vários anos de conflito militar intenso, em face das pretensões mundiais hegemônicas do eixo nazi-fascista, que se consolidaria fundamentalmente com o domínio da Eurásia, fonte imensurável de recursos naturais e de farta mão-de-obra, mas que esbarraria em dois outros pólos: capitalismo liberal – representado pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França – e comunismo – União Soviética. Ante situações as-

sim, a demanda por qualquer tipo de ordem espalhar-se-ia e surgiriam as condições para um Estado hegemônico, que, por seu turno, edificaria o seu sistema, que poderia ser até mundial, em bases mais amplas e, naturalmente, novas (Cf. ARRIGHI, 1998, p. 30-31).

Destarte, ideologicamente, dividir-se-ia o planeta entre o capitalismo – apresentado em seu tipo-ideal<sup>2</sup> como democracia liberal – e o comunismo – como a ditadura do proletariado. Uma das características que mais se imporia durante a tensão bipolar seria a extrema rigidez das alianças, coligações e compromissos formados dentro dos blocos, porquanto a saída ou a “perda” de um membro para o outro lado poderia gerar desequilíbrios de poder dificilmente reparáveis em curto prazo. Em assim sendo, a tendência do líder do bloco seria buscar a imposição, implícita ou explicitamente, da adoção de seu *modus vivendi*, de forma que a homogeneização dificultasse o desprendimento do seu campo de atuação. Assim, os dois pólos teriam a consciência de que a ampliação desmedida de sua área de influência, com significativa alteração da situação vigente, poderia acarretar, em última instância, o recurso à guerra nuclear (Cf. VESENTINI, 1990, p. 84).

Poder-se-ia interpretar o exercício do poder hegemônico como a capacidade de liderar e governar um conjunto significativo de nações formalmente soberanas. A gestão não implicaria apenas força militar, mas também moral ou intelectual para que não fosse simples domínio, o qual, a todo momento, poderia ser questionado. Assim, exercer-se-ia a supremacia por domínio – inimigos ou antagonistas – em áreas de influência já consolidadas ou em vias de ser ou por liderança – aliados cooptados mistamente, ou seja, intelectual/moral (capacidade de convencer que interesses individuais ou até regionais são universais, convergindo a direção de todos) e materialmente. Dessa forma, o Estado hegemônico combinaria elementos de coerção e consentimento na sua administração do sistema. Entretanto, ao

comportar-se desse modo, o Estado hegemônico legitimaria sua forma de desenvolvimento, atraindo mais e mais seus aliados, os quais, gradativamente, poderiam passar de aliados a competidores e, conseqüentemente, rivais (ARRIGHI, 1998, p. 27-29)<sup>3</sup>.

De início, o capitalismo compreenderia basicamente as Américas, Europa Ocidental, Oceania e as respectivas colônias e protetorados das metrópoles nelas situadas, principalmente as detentoras de fontes energéticas não renováveis; em suma, a “grande área”, conforme Chomsky (1996, p. 15)<sup>4</sup>. O comunismo, por sua vez, atingiria a Europa Oriental e parte da Ásia. O Leste europeu, ao ser área de influência soviética, concretizaria uma aspiração que se originava da antiga Rússia imperial, que era o controle dos países eslavos e adjacências (Cf. MARTINA, 1997, p. 245). Para a União Soviética, essa região era-lhe preocupante do ponto de vista geoestratégico, de forma que ela seria transformada em um corredor de segurança (Cf. MAGNOLI, 1988, p. 17-22).

A Europa Ocidental, combatida, recuperar-se-ia, com a ajuda norte-americana, no final dos anos 40 e início dos 50 (Cf. SARAIVA, 2001, p. 24; MAGNOLI, 1988, p. 30), e, a partir dos anos 60, retornaria à cena internacional, de modo tímido ainda, com os primeiros passos para a formação – longínqua – de uma confederação. Embora, naquele momento, economicamente não pudesse ombrear com os Estados Unidos, o continente continuaria a ser, no entanto, o centro do ramo mais importante e numeroso do cristianismo: o catolicismo romano, o que lhe conferiria notável influência cultural.

Durante o começo da nova ordem mundial, o Estado da Cidade do Vaticano, ou a Santa Sé, permaneceria sob a condução do Papa Pio XII, um dirigente conservador, com uma visão de doutrina e administração clerical ligada aos princípios emanados do Concílio Vaticano I<sup>5</sup>, ou seja, antiliberal, anti-socialista, antipositivista, antidemocrático, antimodernista, centralista e a favor da infalibilidade papal, a qual faria com que

muitos prelados abandonassem o concílio ou rompessem com a Santa Sé. Seria interrompido em função da Guerra Franco-Prusiana (1871)<sup>6</sup>. Todavia, apesar da oposição ao socialismo real, o Papa aceitaria transigir com regimes fascistas nas décadas de 30 e 40 (Cf. KÜNG, 2002, p. 220-224).

Quanto à Ásia e África, seriam as regiões – principalmente a primeira (Cf. HOBBSBAWM, 2002, p. 225) – onde se dariam os grandes embates entre os dois pólos, em face do rápido processo de descolonização, seguido no pós-Segunda Guerra, que abriria espaço para ambos, principalmente para a União Soviética, consolidarem novas esferas de influência. Nesse sentido, as mudanças políticas progressistas seriam possíveis, não por ingerência externa, mas por desenvolvimento interno – posteriormente, um dos dois pólos poderia providenciar auxílio (Cf. VESENTINI, 1990, p. 84). Apesar da independência formal, a maior parte continuaria tutelada pelas superpotências, permanecendo em situação de dependência econômica e política – a China seria uma das poucas exceções e a mais importante.

Em relação à América do Sul, já formalmente independente desde o primeiro quartel do século XIX, o alinhamento com o lado capitalista seguia uma aliança tácita e informal, que remontava ao fim do domínio ibérico. Após a Primeira Guerra Mundial, quando progressivamente a Grã-Bretanha perdia o posto de potência hegemônica no continente, o pêndulo deslocar-se-ia em favor dos Estados Unidos. Exatamente, pela fidelidade consagrada à aliança com a América do Norte, a América Latina, de balde, aguardou um plano de ajuda e incentivo econômico similar ao recebido pela Europa.

Economias basicamente agroexportadoras, possuíam pouca margem de manobra na política internacional, acompanhando os ciclos e as tendências político-econômicas do hegemônico. Tal comportamento não iria mudar após o fim da Segunda Guerra Mundial. Na nova ordem, as admoestações eram a abertura das fronteiras econômicas, com o

estímulo à entrada do investimento externo direto, o estabelecimento de uma infra-estrutura que fomentasse o desenvolvimento e atraísse mais investimentos e a especialização nas atividades em que o país possuísse vantagens comparativas primárias, ou seja, as decorrentes dos recursos naturais (CF. WALLERSTEIN, 1999, p. 223-224) <sup>7</sup>.

Em alguns países, em função da experiência da Crise de 1929, havia já políticas de industrialização incipientes, como no caso do Brasil, Argentina e México. Isso proporcionaria, em meados dos anos 50, a adoção de posturas mais reativas de cunho industrial, nos moldes preconizados pela CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, anos antes, que pregava a substituição das importações por meio da promoção de indústrias infantis, que ampararia relativo protecionismo, justificado pelo interesse nacional, e a presença do Estado para harmonizar os conflitos sócio-econômicos (Cf. SADER, 2000, p. 97; WALLERSTEIN, 1999, p. 224).

Apesar da distinção dos perfis do ponto de vista político, econômico, histórico e cultural, a divisão ideológica bipolar situaria, sob o mesmo manto, o Brasil e o Vaticano, cujas órbitas ficariam em torno da dos Estados Unidos, ao aceitar por base comum o anticomunismo<sup>8</sup>, o cristianismo – na ação partidária, a democracia-cristã e congêneres – e o liberalismo econômico. Todavia, deve-se salientar que o Vaticano possuía uma singularidade, que era o caráter conjugado de sua composição, que compreendia tanto o lado estatal, pouco significativo<sup>9</sup>, como o transnacional, sobretudo importante, ao ser, como já mencionado, a sede espiritual do catolicismo. Nesse sentido, o Vaticano, como “chefe da maior instituição multinacional do mundo”, assumiria uma posição de “superpotência” moral (Cf. REESE, 1999, p. 370)<sup>10</sup>.

Conforme Allen Jr., a eliminação praticamente total das preocupações civis/administrativas, em face da incorporação dos Estados Papais ao reino da Itália, em 1870,

levaria o papado a ampliar seu papel no mundo, porquanto:

“Na melhor das hipóteses, o papa não aparece mais como monarca que cuida de seus próprios interesses, mas como voz da consciência do mundo. Além disso, um papa supranacional pode, pelo menos em teoria, contar com o apoio de centenas de milhões de católicos do mundo todo, o que lhe dá uma capacidade de mobilizar a opinião pública que nenhum governo ousaria ignorar” (Cf. ALLEN JR, 2003, p. 23).

## 2. A Guerra Fria

“De acordo com (George) Kennan (um dos ideólogos principais da Guerra Fria, servindo, àquela época, como diplomata na Embaixada Americana na URSS), a ideologia comunista encontrava-se no cerne da abordagem de Stalin no mundo. Stalin considerava as potências capitalistas ocidentais como irrevogavelmente hostis. O atrito entre a União Soviética e a América não era, portanto, o produto de um mal-entendido ou de comunicações falhas entre Washington e Moscou, porém inerente da percepção de mundo externo da União Soviética” (Cf. KISSINGER, 1997, p. 530).

“Pois hoje é evidente, e era razoavelmente provável mesmo em 1945-7, que a URSS não era expansionista – e menos ainda agressiva – nem contava com qualquer extensão maior do avanço comunista além do que se supõe houvesse sido combinado nas conferências de cúpula de 1943-5 (...) Além do mais, embora isto não fosse muito notado, a União Soviética desmobilizou suas tropas – sua maior vantagem militar – quase tão rapidamente quanto os EUA, reduzindo a força do Exército Vermelho de um pico de quase 12 milhões, em 1945,

para 3 milhões em fins de 1948” (Cf. HOBSBAWM, 2002, p. 229).

O período que abrangeria o fim da Segunda Guerra Mundial até a dissolução da União Soviética compreenderia a Guerra Fria, caracterizada pela presença de duas superpotências, que poderia ser dividida em dois subperíodos, com divisor no início dos anos 70, com a crise do petróleo, que geraria um grande desajuste econômico (Cf. HOBSBAWM, 2002, p. 223)<sup>11</sup>. O objetivo norte-americano não seria a destruição do comunismo, mas a manutenção de sua predominância no restante do mundo (Cf. HOBSBAWM, 2002, p. 234). No período em tela, destacar-se-iam seis eventos, que fariam do mundo um sistema condominial, com convivência direta relativamente pacífica entre as superpotências, quais sejam: a recuperação econômica da Europa Ocidental, principalmente em decorrência da ajuda norte-americana, por meio do Plano Marshall; a ascensão de Eisenhower e Krushev ao poder de seus países, com posturas mais realistas, que aceitariam a existência mútua; as dissensões do bloco comunista na China e nos aliados europeus, como Albânia e Iugoslávia, cujos partidos comunistas eram influentes antes da presença soviética; o processo de descolonização afro-asiática, onde, porém, as superpotências digladiar-se-iam, ao menos indiretamente, pela ampliação de seu espaço; o breve suspiro de alguns países sul-americanos na busca de uma inserção mais ativa no cenário regional, como a gestão Frondizi, na Argentina, e a Goulart, no Brasil; por fim, o equilíbrio do terror, em função da posse de armas de destruição em massa, que faria com que, nos conflitos do período como Coreia e Vietnã, utilizassem-se as convencionais, cada vez mais letais (Cf. SARAIVA, 2001, p. 19, 38-40)<sup>12</sup>.

### 3. *Santa Sé no pós-Segunda Guerra Mundial*

“Considerando a Europa isoladamente, encontramos-nos face a face

agora com problemas e dificuldades gigantescas que deverão ser vencidas se desejarmos abrir caminho para uma paz verdadeira – a única paz que pode ser duradoura. Esta não pode realmente florescer e prosperar senão numa atmosfera de segurança e perfeita fidelidade, aliada a uma confiança recíproca, à compreensão mútua e à benevolência. A guerra fez surgir por toda parte a discórdia, a suspeita e o ódio. Assim sendo, se o mundo desejar conquistar a paz, devem desaparecer as falsidades e os rancores e em seu lugar devem reinar a verdade e a caridade” (Cf. PIO XII, 1945).

Em relação ao papel da Santa Sé após a Segunda Guerra Mundial, não haveria convergência: manteria seu prestígio, ao ter-se distanciado de todos os regimes durante o conflito; o seu distanciamento significaria omissão deliberada, principalmente em relação às ações italo-germânicas, e aversão ao comunismo, notadamente o italiano, e à democracia de massas, especialmente a relativista norte-americana, tolerante a todas as filiações, inclusive à maçonaria (Cf. MARTINA, 1997, p. 233; CORNWELL, 2000, p. 365-367).

Apesar de larga experiência diplomática, que poria em segundo plano a diocesana, Pio XII teria a aspiração, com o restabelecimento da paz, de conservar a si e à sua religião imutáveis, em postura similar à de Pio IX no fim do século XIX. A despeito do reconhecimento de que a Igreja não mais abarcaria o mundo já há bastante tempo, ele considerava sua autoridade religiosa universal e onipotente; assim, cria ser sua obrigação o aconselhamento espiritual a todos os aspectos do cotidiano. A sua visão amparar-se-ia na doutrina agostiniana, recuperada e atualizada por Pio IX: a dos dois mundos. Um – *civitas Dei* (a cidade de Deus) – representada pela Igreja Católica; o outro – *civitas terrena* (a cidade dos homens) – o mundo secular e moderno, que seria o local caído, portanto, a nova Babel (Cf. REESE,

1999, p. 132, 142; JOHNSON, 2001, p. 612-617)<sup>13</sup>.

Dessa forma, para ele, o projeto ideal para a Itália pós-fascista preveria um Estado corporativista católico, ou seja, a aliança entre os dois poderes, o secular e o espiritual; assim, a Espanha franquista seria o país que mais se aproximaria do modelo almejado. Por meio de uma concordata a ser assinada em 1953, culminar-se-ia um processo de aproximação que vinha desde a Segunda Guerra, após três acordos parciais – 1941, 46 e 50. O catolicismo seria a única religião do Estado, reconhecendo o governo espanhol a Igreja como a sociedade perfeita. Cultos acatólicos seriam tolerados, desde que praticados particularmente. As escolas públicas lecionariam de acordo com a moral católica, encerrando a forma secular. As autoridades eclesiásticas teriam um regime jurídico próprio, com um foro eclesiástico. No entanto, o governo deveria aprovar as indicações para os bispados (Cf. CORNWELL, 2000, p. 365-366; MARTINA, 1997, p. 256-259).

Todavia, a realidade estaria distante dessa concepção, de sorte que a Santa Sé teria de apoiar a democracia-cristã contra os comunistas e reconhecer, ainda que com restrições, o sistema democrático. No plano externo, ante a força interna dos comunistas italianos, Pio XII pôr-se-ia decididamente ao lado ocidental, por temer uma coligação entre eles e soviéticos. Desse modo, em sua visão, eram preferíveis norte-americanos, com seu materialismo intenso, e democratas-cristãos, de inspiração republicana, a comunistas e soviéticos, de inspiração ateuista, na praça de São Pedro, tornando a Igreja mártir. A partir daí, Pio XII, ironicamente alcunhado Capelão da Aliança do Atlântico Norte, receberia constante ajuda norte-americana, fosse por meios diretos – do próprio governo, fosse indiretos – associações privadas (Cf. CORNWELL, 2000, p. 366-370)<sup>14</sup>.

Com esse posicionamento, em julho de 49, a Santa Sé declararia, por meio de decre-

to, dirigido especialmente aos italianos e europeus sob influência socialista, que católicos não poderiam filiar-se a partidos de inspiração comunista, nem sacerdotes poderiam acolher espiritualmente seus simpatizantes. Repudiaria o contato diplomático com os Estados comunistas e proibiria as suas igrejas, situadas nesses Estados, de contemporizar com os regimes por meio da proposição de concordatas com a Santa Sé ou de acordos jurídicos locais. Para ele, os países cristãos, mesmo plenamente capitalistas, deveriam lançar-se em cruzada contra a União Soviética e seus satélites. Tendo consciência de que isso não ocorreria em curto prazo, pregava a paciência. Chegaria a afirmar ao Embaixador da Suécia na URSS, em 1946, que:

“Leão I chegou outrora a convencer Átila a retirar-se de Roma; hoje, temos de conclamar os cristãos a se unirem para salvar a Europa Ocidental. É por isso que convidei a colaborar contra os partidos comunistas. Nós venceremos, sem dúvida alguma, porém a Igreja precisa engajar-se maciçamente” (Cf. LEBEC, 1999, p. 131)<sup>15</sup>

Ao não transigir com comunistas, acreditava que os faria cair em si mais rapidamente. A repercussão política do gesto administrativo faria com que os Estados Unidos aspirassem a manter uma embaixada permanente no Vaticano, propondo um nome de escol do governo americano, em 1951: General Mark Clark, antigo Comandante das Forças Aliadas na Itália, em 1944, e, no fim da Segunda Guerra, na Áustria<sup>16</sup>.

O ressentimento vaticano dever-se-ia, em parte, à má vontade, muitas vezes convertida em perseguição, dos governos comunistas com vistas às igrejas católicas locais, com ações variadas – mais tênue na Hungria e Checoslováquia e, mais dura, na Albânia. Em geral, as concordatas, em sua maior parte assinadas por Pio XI, seriam revogadas, com a expulsão dos diplomatas e fim das relações diplomáticas. Vários religiosos seriam presos, deportados ou fuzilados, como

na Albânia. O patrimônio eclesiástico seria confiscado, privando as igrejas locais, que permaneceram abertas, de rendas para sustentá-las e a seus religiosos. As escolas católicas seriam fechadas, com a proibição de ensino religioso nas escolas públicas. As editoras e jornais católicos seriam proibidos de funcionar ou censurados e as associações civis, de inspiração religiosa, seriam encerradas ou passariam a ser extremamente controladas. Quanto às tentativas de criação de igrejas simpatizantes aos governos socialistas, o Vaticano seria rigoroso, ao excomungar padres que delas participassem, não aceitando nomeações governamentais de sacerdotes para as paróquias católicas e ordenações episcopais sem sua aprovação. No caso de sacerdotes eleitos para parlamentos, a sanção seria rigorosa também: excomunhão. Até o início do Concílio Vaticano II, por João XXIII, a Igreja Católica no Leste europeu seria chamada de a Igreja do Silêncio<sup>17</sup>.

Ressalte-se que, mesmo sob sua gestão, iniciar-se-iam as primeiras medidas para atualizar os estudos religiosos, incorporando novas análises metodológicas, que os tornariam mais científicos, além de reformas na liturgia para que os fiéis tivessem o acesso a elas mais facilitado. O papado teve consciência de que a teologia clássica encontrava-se incapaz de incorporar os novos avanços nas ciências humanas. Em 1943, por meio da encíclica *Divino Afflante Spiritu* – Pela inspiração do Espírito Santo, o Papa autorizaria que os exegetas bíblicos se valessem da lingüística, da arqueologia, da literatura e da história para superar falsos problemas e permitir interpretações novas e mais acuradas. Com algumas restrições, abrir-se-iam os arquivos vaticanos, com cerca de 75 quilômetros de documentos. Todavia, no Ano Santo (1950), Pio XII paralisaria essas medidas, com uma nova encíclica *Humani Generis* – Do gênero humano – que condenaria o relativismo dogmático, ou seja, dogmas católicos que se justificariam apenas circunstancial e historicamente, não

intemporalmente. Essa encíclica, “moderadamente conservadora”, atingiria principalmente teólogos jesuítas e dominicanos (Cf. REESE, 1999, p. 372-373; MARTINA, 1997, p. 264)<sup>18</sup>.

O efeito dessa ação afetaria principalmente os estudos teológicos franceses, principalmente os da Nova Teologia, suspeita de flertar com o socialismo. Entre os prejudicados, estaria o jesuíta Pierre Teilhard de Chardin, “exilado” nos Estados Unidos, e Henri de Lubac. Os dominicanos também seriam afetados, entre eles, Marie Dominique Chenu – entusiasta dos padres-operários, que poderiam participar de sindicatos e ter participação política – e Yves-Marie Congar. O comportamento anticonservador de Pio XII chegaria ao auge com a beatificação, em 1951, de Pio X, o Papa antimodernista. Em 53, condenaria a liberdade religiosa e a consciência de direitos humanos. Para ele, não haveria interesse da Igreja Católica no ecumenismo, porque a Igreja em si já seria ecumênica; dessa forma, nada se poderia fazer para alterar isso, porque ela estaria no caminho correto. Para ele, os ortodoxos seriam cismáticos, ao passo que os protestantes, hereges e, portanto, eles deveriam procurar a volta para o antigo lar espiritual (Cf. REESE, 1999, p. 343; CORNWELL, 2000, p. 377-383; KÜNG, 2001, p. 227; JOHNSON, 2001, p. 614)<sup>19</sup>. Como já colocado acima, não se esperaria uma rápida volta.

Ante a iminência de uma onda descolonizadora, Pio XII, em função de sua abalizada experiência diplomática, teria a percepção de antecipar-se em relação às metrópoles e promoveria a reestruturação administrativa da Igreja, ao extinguir as prefeituras e os vicariatos apostólicos nas colônias, concedendo igualdade com as dioceses e as províncias eclesiásticas européias e americanas. Dessa forma, os vicariatos, ligados à estrutura colonial, dariam lugar à hierarquia autóctone. Assim, o Papa tentaria conciliar a fidelidade religiosa à Santa Sé com os nacionalismos afro-asiáticos emergentes. Todavia, a Igreja não desejaria entrar em

desacordo com as metrópoles, particularmente França e Portugal, inclinando-se a um gradualismo no processo de independência, para evitar violência, a qual seria atribuída não a sentimentos nativistas, mas ao materialismo e ateísmo<sup>20</sup>.

Para Cornwell (2000, p. 401-402), o legado de Pio XII seria uma igreja centralizada, monolítica, disciplinada e assíncrona com o mundo contemporâneo. Jamais dissociaria democracia social do comunismo, pluralismo do relativismo. Após seu falecimento<sup>21</sup>, em 1958, os sacerdotes e fiéis desamparados com o teor da encíclica *Humani Generis* – Do gênero humano – pressionariam novamente por mudanças.

#### 4. A renovação necessária: *Concílio Vaticano II*

Preparar-se-ia o ambiente para João XXIII, “(...) hedonista extrovertido, volúvel, bem adaptado, que adorava o contato humano e apreciava imensamente o trabalho pastoral” (Cf. JOHNSON, 2001, p. 616)<sup>22</sup>, eleito para apenas ser um papa passageiro, mas que, surpreendentemente, inovaria: três meses após ser escolhido, em janeiro de 1959, para a liderança da Igreja, anunciaria a convocação de um concílio – o vigésimo primeiro da história –, com vistas à promoção da unidade cristã e renovação pastoral. Partindo de uma instituição que se comportava seguindo parâmetros da Contra-Reforma, ele proporia sua renovação, abrindo-a ao diálogo para com os demais ramos do cristianismo e outras religiões. *Aggiornamento* – atualização – e *convivenza* – convívio – eram-lhe termos caros (Cf. CORNWELL, 2000, p. 384-402; KÜNG, 2002, p. 224; JOHNSON, 2001, p. 616)<sup>23</sup>. Desse modo, seria o primeiro pontífice a atenuar o rígido comportamento anticomunista (Cf. ALLEN JUNIOR, 2003, p. 23-25)<sup>24</sup>.

Na encíclica *Mater et magistra* – Mãe e mestra – de 1961, reafirmaria a justiça social internacional. Chamaria o desenvolvimento da consciência humana de sociali-

zação, que “(...) é o efeito e a causa da intervenção crescente do Estado até mesmo em questões de interesse tão íntimo ao indivíduo quanto saúde e educação, a escolha da profissão e o cuidado e a reabilitação dos deficientes físicos e mentais” (Cf. CAHILL, 2002, p. 236), o que horrorizaria os religiosos anticomunistas, por estar, em sua visão, próximo do socialismo e em oposição ao pensamento de Pio XII que alertara sobre a socialização sem controle. Um Estado do bem-estar social superaria a caridade individual. Suporia que a maioria dos Estados caminhará para o Estado do bem-estar social. Incorporaria a visão socialista de que o Estado, ao se responsabilizar socialmente pela sua população, alargaria a liberdade humana. Defenderia um Estado com constituição escrita, com separação de poderes, com limites ao poder estatal (Cf. JOHNSON, 2001, p. 618)<sup>25</sup>.

O mérito de João XXIII não seria cogitar a convocação de um concílio, mas convocá-lo, com a visão da renovação, porque seus dois antecessores também pensaram: Pio XI consultara o episcopado em 1923 e 24 e Pio XII chegara a nomear comissões preparatórias entre 1948 e 51, mas desistiria. Essas comissões quereriam novas condenações de heresias e filosofias modernas. João XXIII desejaria uma assembleia inteiramente nova, sem retomar o Vaticano I. Seu mote seria o diálogo, nunca contrapor-se à sociedade ou promover anátemas ou excomuniões. Ao comunicar-se com os 73 cardeais, apenas 26 responder-lhe-iam e de modo genérico, o que demonstraria a perplexidade em relação à proposta (Cf. MARTINA, 1997, p. 277-279)<sup>26</sup>.

Com um perfil diferente do predecessor, embora também tivesse sido diplomata, não recearia a mudança, apesar de ser conservador quanto às liturgias e devoções. Para ele, além de um concílio, seria importante estabelecer um relacionamento com o mundo comunista. Para isso, não começaria pelo Leste europeu, mas pela própria Itália, ao referendar tacitamente uma aliança dos de-

mocratas-cristãos, liderados por Aldo Moro, com o Partido Socialista Italiano, em detrimento do Movimento Social Italiano, de inspiração fascista. Em outubro de 61, nomearia o padre Giuseppe de Luca para encontrar-se secretamente com Palmiro Togliatti, Secretário do Partido Comunista, que, em breve, viajaria à URSS. A razão para tal seria um desejo de aproximação com a URSS, dirigida por Nikita Krushev. Daria certo. Utilizando o Núncio Apostólico na Turquia, o Vaticano conseguiria a liberação de bispos católicos russos para o Concílio Vaticano II. O mesmo comportamento seria empregado para com os demais países do Bloco Socialista. Se, para o Concílio, viriam vários bispos do Leste europeu, da China, apesar das tentativas de contato, nada se conseguiria. Proporcionar as bases para um movimento ecumênico, centrado em Roma, que ficaria sob a coordenação do jesuíta Augustin Bea, outro cardeal diplomata, também seria de suma importância. Aspiraria também à renovação do Código de Direito Canônico<sup>27</sup>.

Em outubro de 1962, João XXIII abriria os trabalhos do Concílio Vaticano II, que funcionaria sempre entre outubro e dezembro de cada ano, após mais de três anos de trabalhos preparatórios, buscando modificar posições anteriores da Igreja, sob a gestão de Pio XII: reforma da liturgia, ecumenismo, anticomunismo, anti-semitismo, liberdade de religião, colegialidade e posição da instituição perante o mundo contemporâneo. Sua vontade era descerrar a Igreja para o mundo (Cf. CORNWELL, 2000, p. 402-403; JOHNSON, 2001, p. 620; CAHILL, 2002, p. 248-249)<sup>28</sup>. O Concílio deveria debruçar-se sobre a Igreja Católica não do ponto de vista jurídico apenas:

“(…) mas como um mistério se revelando com o tempo, um mistério central para a saúde do mundo. A Igreja teria de enfrentar francamente os problemas do mundo contemporâneo, como ele é realmente, mas só depois de redescobrir a sua identidade. Para

isto, os bispos deveriam ver a si mesmos não como uma espécie de nobreza eclesiástica que restara da Idade Média, mas com representantes de seu (quase sempre sofredor) povo” (Cf. CAHILL, 2002, p. 227-228).

De seu discurso, interpretar-se-iam um convite à ação e uma aceitação otimista de mudança. A assembléia seria conduzida por um conselho presidido pelo Papa, com mais dez cardeais. O Concílio teria o maior número de participantes – cerca de três mil pessoas, de 141 países, incluindo observadores leigos e não católicos, sendo que mais de cem representando cerca de trinta igrejas apartadas –, mas apenas os bispos e chefes de ordens religiosas votariam, sendo o latim o idioma oficial, ainda que alguns debates ocorressem em outros idiomas, principalmente o francês, utilizado pelos religiosos do Leste europeu. O objetivo em relação às propostas não seria a maioria, mas o consenso, desde que atingidos 2/3 dos votos. Posteriormente, Paulo VI estipularia maioria simples (Cf. CHIOVARO; BESSIÈRES, 1997, p. 117; MARTINA, 1997, p. 283; REESE, 1999, p. 57-58; LEBEC, 1999, p. 147)<sup>29</sup>.

De início, uma grande mudança. Os documentos preparatórios – *Acta Concilio Oecumenico Vaticano Secundo Apparendo*, em 16 volumes – seriam rejeitados, porquanto vistos como um sinal antigo da centralização vaticana, em que “(…) a transmissão da fé seguia um caminho dogmático e dedutivo até os fiéis: a Igreja era senhora de toda a verdade e, a partir dessa noção, todas as decisões práticas da vida eram apenas uma aplicação do princípio infalível enunciado pela hierarquia” (Cf. BERSTEIN; POLITI, 2000, p. 100). Com isso, anular-se-ia, na prática, o artigo 72 do Código Canônico, que concedia ao Papa o poder de ditar a pauta conciliária. João XXIII, que realmente aspirava a adotar uma nova postura, apoiaria os progressistas (Cf. LEBEC, 1999, p.153-156; BERSTEIN; POLITI, 2000, p. 100-101).

Em contraste com o Vaticano I, no qual os curiais e conservadores foram a maioria,

adotando uma subordinação inquestionável do episcopado em relação ao papa e um posicionamento de distância e desconfiança em relação ao mundo contemporâneo, o II teria uma maioria progressista, partidária do episcopado e aberta à sociedade contemporânea. Todavia, desde o início, a Cúria asseguraria que as presidências das comissões do concílio fossem ocupadas por seus cardeais e o secretariado-geral e o das comissões, por teólogos também seus. O resultado seria uma disputa entre o concílio e a Cúria<sup>30</sup>. A minoria conservadora – *intransigenti* – originar-se-ia de países majoritariamente católicos, em que possuiria influência política e prestígio. Presa ao passado, veria com ceticismo as mudanças. Refutaria terminantemente o comunismo e a secularização, cada vez mais presente. A maioria progressista proviria, principalmente, da França e Alemanha, além da Holanda, Suíça e Estados Unidos. Ela ambicionaria menos centralização e mais sensibilidade com vistas aos fiéis, cada vez mais distantes (Cf. MARTINA, 1997, p. 292; BERSTEIN; POLITI, 2000, p. 103). O embate, todavia, possibilitaria a tomada de posições menos polêmicas e mais amadurecidas, apesar de tornar menos célere o andamento dos trabalhos.

### 5. A questão cubana

“Costuma-se justificar essa corrida ao armamento aduzindo o motivo de que, nas circunstâncias atuais, não se assegura a paz senão com o equilíbrio de forças: se uma comunidade política se arma, faz com que também outras comunidades políticas porfiem em aumentar o próprio armamento. E, se uma comunidade política produz armas atômicas dá motivo a que outras nações se empenhem em preparar semelhantes armas, com igual poder destrutivo. O resultado é que os povos vivem em terror permanente, como sob a ameaça de uma tempestade que pode rebentar a cada momento

em avassaladora destruição. Já que as armas existem e, se parece difícil que haja pessoas capazes de assumir a responsabilidade das mortes e incalculáveis destruições que a guerra provocaria, não é impossível que um fato imprevisível e incontrolável possa inesperadamente atear esse incêndio. Além disso, ainda que o imenso poder dos armamentos militares afaste hoje os homens da guerra, entretanto, a não cessarem as experiências levadas a cabo com militares, podem elas pôr em grave perigo boa parte da vida sobre a terra!” (Cf. JOÃO XXIII, 1963).

Durante a I Sessão, ocorreria um grave problema internacional em Cuba, que possibilitaria uma atuação papal a favor da paz, reconhecida até pela antiga União Soviética. O episódio conhecido como a Crise dos Mísseis de Cuba deixaria o mundo apreensivo em relação a um enfrentamento direto entre os dois pólos, mas, para ambos, a teatralidade dos posicionamentos não deveria levar à guerra. Como já mencionado, a América Latina ficava na área de influência americana. Em janeiro de 59, a ditadura de Fulgêncio Batista seria derrubada por um movimento nacionalista, conduzido por Fidel Castro. Em outubro de 60, o Senado americano declararia um embargo econômico, com exceção de alimentos e remédios, após ter diminuído as compras de açúcar. Como resposta, poucos dias depois, Castro nacionalizaria os bens norte-americanos, sem indenização. Em janeiro de 61, romper-se-iam as relações diplomáticas. Em abril, o governo americano, por meio da Agência Central de Informações, patrocinaria exilados cubanos em um golpe de Estado, que fracassaria – evento conhecido como Invasão da Baía dos Porcos. Como consequência, no fim do ano, Cuba aproximar-se-ia da União Soviética, ao aderir ao comunismo, buscando seu apoio econômico e militar.

Em outubro do ano seguinte, os Estados Unidos descobririam, por meio de espionagem aérea, que ali havia a montagem de pla-

taformas de lançamento de mísseis nucleares. Poucos dias mais tarde, traçaria uma linha imaginária no Atlântico, sob ameaça de bombardear os cargueiros soviéticos que se aventurassem a passá-la. O fato obrigaria comunicação diária entre os dois dirigentes, o que originaria o “telefone vermelho”. A URSS recusaria, mas exigiria a retirada dos mísseis americanos na Turquia, próximos de sua fronteira, e a garantia de inviolabilidade de Cuba, no que seria atendida. Por outro lado, a base norte-americana de Guantánamo seria mantida (Cf. HOBBSAWM, 2002, p. 227; MAGNOLI, 1988, p. 47; KISSINGER, 1997, p. 704)<sup>31</sup>. Kruschew acreditaria que, apesar das concessões, a União Soviética garantiria o trunfo principal: um país comunista no continente americano.

O fato contribuiria para entendimentos sobre artefatos nucleares que desaguariam, em 1963, no Tratado de Proibição Parcial de Testes Nucleares, que proibiria testes marítimos, espaciais ou atmosféricos, limitando-os ao subsolo. Kruschew, em meio à questão, chegaria a solicitar apoio diplomático do Vaticano, por meio de declarações públicas a favor da paz, estimulando as negociações bilaterais. A União Soviética estaria, assim, disposta a aceitar a mediação vaticana. Posteriormente, Kruschew em declaração a Norman Cousins, editor da *Saturday Review*, ponderou que, em meio à questão, as declarações papais haviam sido os únicos lampejos de esperança provindos do Ocidente. “O que o Papa fez pela paz ficará na história. A sua mensagem foi o único raio de esperança”. De sua parte, o Presidente Kennedy, único católico a ocupar o posto máximo nos EUA, conceder-lhe-ia a Medalha Presidencial da Liberdade *post-mortem*. Em decorrência da crise, João XXIII conceberia idéia da encíclica *Pacem in Terris* – Paz na Terra (Cf. CAHILL, 2002, p. 231; 252-258; LEBEC, 1999, p. 146; GADDIS, 1998, p. 278-280; ALLEN JÚNIOR, 2003, p. 25)<sup>32</sup>.

Como contrapartida, a União Soviética libertaria, em fevereiro de 63, o já septuagena-

nário Arcebispo/Metropolitano de Leópolis, Józef Ślipiński, que havia sido condenado a trabalhos forçados na Sibéria, em 45, onde laboraria como empregado do hospital penitenciário, com o compromisso de que deixaria imediatamente o país. João XXIII ainda se encontraria com ele. Paulo VI nomeá-lo-ia Cardeal, em 64, em Roma, cidade em que faleceria em 84, considerando-se exilado<sup>33</sup>.

## 6. O legado de João XXIII

Lamentavelmente, João XXIII faleceria, em junho de 63, após a primeira sessão do Concílio, sem, no entanto, ter tido a ocasião de mudar a rotina administrativa do papado, de sorte que os poderes absolutistas do Papa permaneceriam incólumes, apesar de seu desejo de robustecer o poder episcopal, enfraquecido pelo Concílio Vaticano I. Sua atuação, sob olhar conservador, poderia ser vista como de aprendiz de feiticeiro, ou seja, falta de experiência, que teria desencadeado forças que não teria capacidade de controlar, mas, posteriormente, seria salvo pela volta inesperada do mestre, que dominaria então a situação e poria tudo no seu devido lugar. Decerto, o papa teria consciência de que houvera chegado o momento de preparar a Igreja para o mundo contemporâneo, compartilhando-a com os fiéis e também com os irmãos separados, para retomar o diálogo longamente interrompido (Cf. KÜNG, 2001, p. 225; MARTINA, 1997, p. 315-316).

Na última encíclica e mais importante, *Pacem in terris*, 1963, abordaria os direitos humanos. Normalmente, as encíclicas são dirigidas aos bispos, mas esta seria dedicada a todos os homens e mulheres de boa vontade, tendo sido escrita de modo acessível. Nela, ele declararia o direito de livre culto – liberdade de consciência, pela primeira vez na história – particular ou publicamente, o direito de participar da vida política do Estado, o direito de autodeterminação nacional, os direitos das minorias e dos refugiados. Discorreria sobre a obrigação dos Esta-

dos maiores em relação aos pequenos. Para ele, a guerra só poderia justificar-se caso fosse um instrumento de justiça e a construção da paz requereria a colaboração de todos, indistintamente de crenças, mesmo entre as consideradas equivocadas pelos católicos. Havia pouquíssimo tempo que a Crise dos Mísseis de Cuba encerrara-se. Nenhum dos direitos enumerados havia sido antes defendido por um papa. Ao tratar da eliminação do colonialismo, solicitaria a extinção do racismo dentro e entre os Estados. A encíclica encerrar-se-ia com o pedido de destruição das armas nucleares (Cf. CAHILL, 2002, p. 255-257; CHIOVARO; BESSIÈRE, 1997, p. 117; MARTINA, 1997, p. 298, ALLEN JÚNIOR, 2003, p. 24-25).

Em seu breve pontificado, João XXIII manifestaria, de um modo geral, a intenção de chegar a um consenso com os comunistas, em função de que muitos dos aspectos dos comunistas poderiam ser bons e recomendáveis – apesar de classificar o comunismo como uma filosofia falsa. Facultar-se-ia a possibilidade de colaboração entre o catolicismo e forças de outras inspirações. Para ele, o erro – o comunismo – seria ruim, mas ter-se-ia de respeitar a pessoa em erro. Dever-se-ia buscar a diferença entre o erro ideológico e seus seguidores. Para ele, isso seria um avanço, contrastando imensamente com o posicionamento de Pio XI e XII, que não autorizaram, de modo algum, acordos políticos com socialistas ou comunistas. Para uns, essa posição teria favorecido o avanço do comunismo na Itália.

Na cerimônia de sua beatificação, por João Paulo II, em 2000, o então Presidente da União Européia e ex-Primeiro Ministro da Itália, Romano Prodi, enfatizou que João XXIII seria um dos responsáveis pelo fim do comunismo, ainda que involuntariamente, ao adotar a diplomacia como forma de relacionamento e não a hostilidade, de modo que, se os países do bloco euro-oriental decidissem mudar de regime, o Ocidente capitalista estender-lhe-ia a mão (Cf. ALLEN JÚNIOR, 2003, p. 25-26)<sup>34</sup>.

Na visão do “Bom Papa João”, a Organização das Nações Unidas (ONU) seria o local adequado para a resolução das disputas diplomáticas e de poder e os homens de Estado dever-se-iam empenhar pelo desarmamento. Os países do 3º Mundo deveriam ser auxiliados pelos do 1º Mundo para superar a condição de pobreza, mantendo, de toda forma, a sua autodeterminação. Por fim, condenaria o racismo<sup>35</sup>.

### *7. Paulo VI: a difícil e histórica missão de renovação*

“Não ambicionamos, porém, dizer coisas novas nem completas, para isso está o Concílio Ecumênico; esta nossa despreziosa conversação epistolar não deve perturbar a sua obra, mas sim honrá-la e dar-lhe novo ânimo. Nem quer esta nossa Encíclica revestir caráter solene e propriamente doutrinal, ou propor ensinamentos determinados, morais ou sociais; quer ser apenas mensagem fraterna e familiar. Só desejamos, com este escrito, cumprir o dever de vos abrir a nossa alma, com a intenção de dar maior coesão e maior alegria à comunhão de fé e de caridade, que reina felizmente entre nós. Pretendemos assim imprimir vigor renovado ao nosso ministério, contribuir melhor para a celebração frutuosa do Concílio Ecumênico e clarificar alguns critérios doutrinais e práticos, que podem guiar utilmente a atividade espiritual e apostólica da Hierarquia eclesiástica e de quantos lhe prestam obediência e colaboração, ou mesmo só atenção benévola” (Cf. PAULO VI, 1964).

Paulo VI seria escolhido o novo soberano do Vaticano. Para sua eleição, teriam sido fundamentais os votos dos cardeais sagrados por João XXIII, de postura mais progressista<sup>36</sup>. Todavia, a situação deixava um impasse ao novo papa que receberia:

“(…) um espírito democrático, mas uma máquina autocrática. O que lograria prevalecer? O Papa Paulo tentaria um meio termo. Permitiu que o concílio prosseguisse e concluísse seus trabalhos. No entanto, tirou de sua competência dois temas que reservou para si. Foi uma decisão de difícil justificativa, fosse em termos lógicos, fosse de senso comum. Ou o concílio era soberano aos olhos do Papa, ou não era; se era, por que não trataria de todos os tópicos? Se não tinha condições de lidar com os dois pontos (celibato clerical e contracepção) considerados tão importantes e delicados que somente o Papa dispunha de suficiente sabedoria para deliberar a seu respeito, por que então discutiria qualquer coisa? A decisão desvalorizou a autoridade do concílio, sem reforçar a do Papa; com efeito, acabou desvalorizando também a autoridade pontifícia, ao pôr em dúvida a localização da verdadeira fonte de poder da Igreja” (Cf. JOHNSON, 2001, p. 621).

Assumiria os trabalhos do Concílio. Se tivesse sido papa anteriormente, provavelmente não teria convocado o Concílio, mas seria o homem talhado para complementá-lo e concluí-lo. Um e outro se complementariam, frutos de uma amizade que o tempo mais e mais estreitara. Anteriormente, em algumas questões, relativas principalmente à liberdade de culto, o Concílio opor-se-ia à Cúria, mas poderia esperar o apoio de João XXIII, o que possibilitaria mudanças importantes nos primeiros capítulos da Constituição da Igreja como colocar a igreja como ritual e pertencente ao povo de Deus. Em deixando de se constituir uma pirâmide hierárquica, passaria a ser o povo de Deus em peregrinação por meio dos tempos, ou seja, uma instituição passiva de erros ao longo das gerações. A manutenção do latim na liturgia, por exemplo, seria um desses desastros. No entanto, o uso compulsório do vernáculo em grande parte dos serviços ali-

enaria boa parte do setor tradicionalista (Cf. MARTINA, 1997, p. 300)<sup>37</sup>.

Em face da oposição dos *intransigenti*, Paulo VI utilizar-se-ia de uma tática para desmobilizá-los, ao insistir na aposentadoria dos bispos, por meio da reforma da Cúria, em 1970, que ultrapassassem 75 anos, apesar de haver a possibilidade de eles servirem por mais um ou dois anos. Isso seria possível em virtude da realização de um futuro consistório – assembléia dos cardeais da Cúria –, quando se nomeariam os novos cardeais e os cargos na Cúria. Os cardeais com mais de 80 anos não poderiam mais participar de conclave algum. Cessaria-se a vitaliciedade episcopal (Cf. REESE, 1999, p. 208; CAHILL, 2002, p. 266; LEBEC, 1999, p. 23).

Seguindo a estratégia de João XXIII, aumentaria o número de eleitores do Colégio de Cardeais para 120 – seu antecessor aumentara já para 80, dos quais nomearia 55, em detrimento dos 55 de Pio XII. Chegaria a cogitar a inclusão de não cardeais para o Colégio dos Cardeais, com a inclusão dos patriarcas do rito oriental e os 15 membros do Conselho do Secretariado Permanente do Sínodo dos Bispos – dos quais vários eram já cardeais. Entrementes, a proposta não iria adiante. Paulo VI cogitaria nomear o filósofo Jacques Maritain para o Colégio dos Cardeais, que declinaria do convite. Além disso, Paulo VI cria que a presença cada vez maior de não italianos na Cúria seria fundamental para refletir mais ainda a natureza universal da Igreja, de sorte que ampliaria o número de cardeais afro-asiáticos, ao reduzir o número de europeus, principalmente italianos (Cf. REESE, 1999, p. 101, 134-150, 200; LEBEC, 1999, p. 135).

Teria problemas especialmente com um arcebispo, Marcel Lefebvre, que se recusara a aceitar o ideário do Concílio. Diante dele, Lefebvre começaria a preparar um grupo de seminaristas, ensinando-os, entre outros, a condenar a liberdade religiosa e a aceitar a autoridade suprema do papado. Em 1975, ser-lhe-ia proibido sagrar os seminaristas

padres, mas ele desacataria a medida, de sorte que Paulo VI suspendê-lo-ia, em 1976, a *divinis* (e João Paulo II excomungá-lo-ia em 88 pela nomeação não autorizada de quatro bispos), do ministério, o que por ele seria ignorado. Lefebvre afirmaria também que um papa eleito sem a possível participação de todos os cardeais não seria aceito por ele (Cf. REESE, 1999, p. 149-150, 338; MARTINA, 1997, p. 363-364).

### 8. A guerra do Vietnã (1965-75) e sua crise

A França, inicialmente, tentaria manter sua possessão – a Indochina – até meados dos anos 50, mas não conseguiria mesmo com o apoio da Grã-Bretanha e, posteriormente, dos Estados Unidos. Entretanto, o lado ocidental conseguiria instalar um regime aliado no sul do Vietnã. A guerra proporcionaria ao governo norte-americano seu isolamento perante o mundo, principalmente em relação a seus aliados europeus. País algum, nem a Grã-Bretanha, aventurar-se-ia a enviar tropas para apóia-lo.

Após o início do embate, os Estados Unidos chegariam a considerar a hipótese de interrupção da ação militar, contando para isso com a ajuda do Vaticano. Até 1968, houve diversas reuniões entre representantes dos dois países para se procurar uma solução, mas a insistência do Presidente Johnson, para que a Santa Sé apoiasse as pretensões de seu país, conduziriam à retirada das negociações do Estado vaticano para a frustração do Papa Paulo VI (Cf. ALLEN JÚNIOR, 2003, p. 27-28; KISSINGER, 1997, p. 724-734). Johnson proporia um cessar-fogo em março do mesmo ano e negociações iniciariam-se em Paris, mas a ausência de vontade política real do governo americano manifestar-se-ia em dezembro – na transição de Johnson para Nixon – quando o Exército bombardearia maciçamente a infra-estrutura dos combatentes vietnamitas por meses. Seria a operação *Speedy Express*. O país alegaria o direito de autodefesa, mas o seu ter-

ritório, em momento algum, poderia ter sido ameaçado pelos insurgentes vietnamitas, localizados a milhares de quilômetros (Cf. HITCHENS, 2002, p. 55-56)<sup>38</sup>. Um dos motivos alegados teria sido a violação do cessar-fogo por parte dos norte-vietnamitas meses antes (Cf. KISSINGER, 1997, p. 733).

Por fim, o desgaste político levaria à retirada da Indochina, que, mesmo sem unificar-se territorialmente, alinhar-se-ia ideologicamente ao adotar o comunismo na região, dado que, além do Vietnã, haveria o Laos e Camboja. Todavia, apesar da consumição, o resultado não alteraria o equilíbrio entre as duas superpotências, embora, no momento, observasse-se a possibilidade real do prenúncio de uma crise capitalista, porque o evento se somava à inconversibilidade do dólar perante o ouro, em 1971, crise do petróleo, de 1973, e emergência de movimentos nacionalistas ou descolonizadores na África. Além do mais, internamente, o escândalo ligado à política eleitoral – Watergate – que levaria o Presidente Nixon à renúncia (Cf. HOBBSAWM, 2002, p. 215; 241-242; 438; VIZENTINI, 1992, p. 12-13; KISSINGER, 1997, p. 832)<sup>39</sup>.

Uma das razões para o fracasso teria sido o envolvimento em uma área periférica, em que a justificativa de ameaça direta à segurança dos Estados Unidos ficava difícil de comprovar. Esse conflito mostraria, para os americanos, que a política de contenção do comunismo não deveria ter aspirado a ser a mais ampla possível. Após a Guerra do Vietnã, a tão propalada Teoria do Dominó, que embasava a ação americana no continente asiático, seria finalmente desconsiderada (Cf. KISSINGER, 1997, p. 509-510; 726-727)<sup>40</sup>.

### 9. O legado do Concílio Vaticano II

A despeito da resistência conservadora, vários autores afirmariam que boa parte das conseqüências do Concílio seriam irrevogáveis. O evento geraria quatro constituições, nove decretos e três declarações. Um de seus

documentos mais significativos seria a Constituição Dogmática da Igreja, *Lumen Gentium* – Luz das nações, que trataria da natureza e obrigação da instituição. Dele, passar-se-ia a observar a Igreja como comunidade aberta e não como monarquia centralizada. Dessa forma, o papel dos bispos poderia ser valorizado, em contraste com o papel a eles reservado pelo Concílio Vaticano I, no século XIX. Ante isso, Paulo VI, habilmente, sugeriria uma comissão para tratar do assunto, mas, por fim, criaria o Sínodo dos Bispos, que seria órgão de consulta, não instância decisória, que se reuniria a cada três anos. Simultaneamente, em relação à Cúria, bispos diocesanos participariam também de sua rotina administrativa, sem descuidar de seus assuntos locais. Considerada parcial, a reforma não agradaria aos mais radicais, que gostariam do bispado realmente influenciando a Cúria, que administraria ao lado do Papa. De toda forma, Paulo VI aplacaria os tradicionalistas enquanto estimulava os progressistas, mantendo o seu poder essencial, para tratar de temas extremamente polêmicos, como o controle de natalidade e o casamento clerical, em encíclica futura (Cf. BERSTEIN, POLITI, 2000, p. 104-105, 198).

Para os progressistas, apesar de avanços na colegialidade (Cf. CAHILL, 2002, p. 230)<sup>41</sup>, consagração de bispos e da própria infalibilidade, a *Nota praevia explicativa* da Constituição Dogmática da Igreja, ao impor a questão da primazia como regra hermenêutica, ou seja, a permanência da soberania da Igreja com o Sumo Pontífice e a Cúria, não aproximaria ortodoxos e protestantes, e, por conseguinte, afastaria a idéia mais ampla de ecumenismo. De fato, apesar de seu antecessor sinalizar ao contrário, Paulo não conseguiria libertar-se da imagem do papa como o único elo entre Deus e os cristãos, como Pio XII porquanto temia a perda da autoridade papal (Cf. KÜNG, 2001, p. 230-231; CAHILL, 2002, p. 269; LEBEC, 1999, p. 168)<sup>42</sup>.

A Igreja, como já colocado, não seria mais identificada como a única Igreja de Cristo e

não teria mais as duas fontes de revelação – a Bíblia e a tradição da Igreja, que seriam insufladas pela Palavra de Deus. Dessa forma, a par da liberdade religiosa, poder-se-ia eliminar uma fonte de discórdia com os protestantes e ortodoxos. Para Cahill, o direito à liberdade de crença seria a medida mais importante do concílio, ao suprimir o antigo posicionamento de que o erro não teria direitos, o que facultaria à Igreja Católica a imposição de sua fé. Destarte, modificar-se-ia a instituição ao integrar os traços fundamentais da Reforma – ao admitir a cumplicidade da Igreja Católica na divisão dos cristãos e a necessidade de constantemente atualizar, portanto, reformar-se – com os do Iluminismo e da modernidade – reconhecimento da liberdade de culto, condenada, em 1953, por Pio XII (Cf. CAHILL, 2002, p. 266-267)<sup>43</sup>.

O Vaticano II finalizaria o período pós-tridentino, com novo rumo, sem renegar o passado, mas absorvendo-o para adaptá-lo à marcha da sociedade. Reconhecer-se-ia ser possível que todos, inclusive ateus e agnósticos, poderiam atingir a salvação, desde que agissem com consciência. Dessa forma, estabelecer-se-ia a verdadeira natureza da liberdade de crença, ou seja, o exercício da religião mediante os princípios da própria consciência, sem coação externa. O temor disso, principalmente para os bispos poloneses, era que os regimes comunistas pudessem aproveitar-se politicamente dessas inovações (Cf. CAHILL, 2002, p. 229, 238)<sup>44</sup>. Berstein e Politi definiriam o ambiente final do Concílio:

“A Igreja Católica é uma instituição que tende sempre a acentuar os elementos de continuidade, como se um padrão de evolução tivesse sido inserido no seu destino desde os tempos de Cristo. Não surpreende, pois, que uma leitura minuciosa dos documentos do Vaticano II mostre uma clara evidência de acomodações acordadas entre os tradicionalistas e os que defendiam a inovação. A Igreja Cató-

lica Romana sempre conseguiu absorver impulsos originais, vinculando-os às suas tradições mais antigas” (Cf. BERSTEIN; POLITI, 2000, p. 97)<sup>45</sup>.

Aceitar-se-iam a democracia, o progresso e as peculiaridades do mundo secular. Isso geraria o reconhecimento como igrejas de ramificações cristãs. Sobre o ecumenismo, seria nítida a diferença entre a postura de Paulo VI e a de Pio XI, 1928, com a encíclica *Mortalium animos*. Esta afirmava uma igreja segura da suprema verdade, o que a colocava em oposição às outras crenças cristãs, que não recebiam, naturalmente, o nome de igrejas. O contato entre católicos e acatólicos era visto com profundas reservas; por outro lado, o novo posicionamento estabelecia que a igreja errara, devendo observar as riquezas espirituais do rito oriental e dos ramos protestantes; deveria procurar reforçar os pontos comuns, o que facilitaria a colaboração duradoura (CF. CAHILL, 2002, p. 230; MARTINA, 1997, p. 321-322)<sup>46</sup>.

Internamente, a celebração seria no vernáculo, acolhendo mais os fiéis. As conferências nacionais de bispos seriam promovidas. Estimular-se-ia maior participação do laicato por meio dos conselhos paroquiais e estudos teológicos. Todavia, apesar da unanimidade dos textos conciliares nas votações, sua linguagem final traria ambigüidade, o que ensejaria interpretações posteriores, emanadas do papado, visto que seu poder seria plenamente mantido (Cf. KÜNG, 2001, p. 227; CHIOVARO, BESSIÈRES, 1997, p. 119).

Paulo VI poderia ser avaliado de duas maneiras: ele teria enfraquecido a inspiração de seu predecessor, ao optar por uma instituição menos carismática do que jurídica. O próprio processo de beatificação de João, solicitada pelos participantes do Concílio, demonstraria isso; por outro, teria salvo o Concílio, que corria o risco de patinhar e fenecer, pelo número de propostas e falta inicial de concordância sobre alguns temas. Ele se poria diante de um dilema: de que modo equilibraria a manutenção da continuidade doutrinária, o consenso dos fiéis e

os ditames de sua própria consciência (Cf. MARTINA, 1997, p. 318, BERSTEIN; POLITI, 2000, p. 408).

De fato, a alteração da estrutura administrativa vaticana, após o Concílio, na realidade, teria pouco impacto: criação de novos escritórios, modesta revisão no Código de Direito Canônico, internacionalização gradual da Cúria e uso mais intensivo de novas tecnologias, ou seja, uma atenuação do poder curial, mas um avanço. O juramento contra o modernismo, imposição de Pio X, em 1907, seria revogado em 67. Com vistas ao relacionamento com os comunistas, na prática, a concretização da boa vontade seria mais difícil: ao ganhar o pleito municipal de 76, a prefeitura, de do Partido Comunista Italiano e Partido Socialista Italiano, queria impedir a construção de novas igrejas – depois voltaria atrás (Cf. REESE, 1999, p. 28, 353-380). Atitudes como essas seriam fruto do ressentimento da colaboração tácita entre o Vaticano e os democratas-cristãos no pós-Segunda Guerra Mundial. Isso não impediria que Paulo VI continuasse o projeto de seu antecessor, a *Ostpolitik*, com vistas a estabelecer diálogo com o Leste europeu nos anos 70, visando maior liberdade de atuação da Igreja. Nessa questão, Casaroli, seu Secretário de Estado<sup>47</sup>, seria seu mentor.

Antes da celeuma provocada pela sua última encíclica *Humanae Vitae*, publicaria, pouco antes, a encíclica social mais avançada: *Populorum progressio* (O progresso dos povos), baseada na *Rerum novarum* (Das coisas novas), de Leão XIII, e *Mater et magistra* (Mãe e mestra), de João XXIII. Nela, censuraria a diferença material significativa entre países ricos e pobres, afirmando que o desenvolvimento seria o caminho para a paz, que só existiria se houvesse uma divisão de riqueza justa no planeta. Em casos extremos, inclusive, facultar-se-ia a revolução, ainda que com ressalvas:

“Não obstante, sabe-se que a insurreição revolucionária – salvo casos de tirania evidente e prolongada que ofendesse gravemente os direitos

fundamentais da pessoa humana e prejudicasse o bem comum do país – gera novas injustiças, introduz novos desequilíbrios, provoca novas ruínas. Nunca se pode combater um mal real à custa de uma desgraça maior” (Cf. PAULO VI, 1967).

Seria o primeiro papa a viajar fora da Itália no século XX. Seriam oito, sendo a maior parte para locais de grande simbolismo, como Jerusalém, Istambul, Fátima e Bombaim. Seria o primeiro a discursar em um organismo internacional, a ONU<sup>48</sup>.

Lamentavelmente, após a confirmação da autoridade suprema do papa na Constituição Dogmática da Igreja, os bons augúrios, que a encíclica anterior trouxeram, seriam quase anulados pela posterior e polêmica *Humanae Vitae*. Ela alienaria parte substancial dos progressistas da Igreja. Ela representaria o padrão de um autocrata débil. Paulo VI ter-se-ia desiludido com a repercussão da encíclica. Marcaria sua gestão como um papa indeciso, introvertido e burocrático. O futuro Papa João Paulo II não concordaria com a descrição que a ala conservadora da Igreja faria de Paulo VI: um maquinista de um trem desnordeado; para ele, Paulo VI seria paciente, sistemático, equilibrado e mediador.

### Notas

<sup>1</sup> Ambos com mensagens ideológicas universalistas desde o fim da Primeira Guerra Mundial – autodeterminação dos povos/antiimperialismo e os direitos do cidadão comum/trabalhador.

<sup>2</sup> Conceito de Max Weber que exprime uma intensificação unilateral da realidade, isto é, uma seleção e um ordenamento de certas características do interesse cultural do formulador, de modo que o objeto tipificado não seria verificado empiricamente, mas, por outro, forneceria condições para verificar se um fenômeno aproximar-se-ia ou distanciar-se-ia do quadro ideal (SAINT-PIERRE, 1991, p. 67-69).

<sup>3</sup> Além destes dois, destaca o autor, baseado em Gramsci, haveria uma zona opaca, intermediária, que contemplaria o espaço para o uso da corrupção e fraude.

<sup>4</sup> Expressão dos grupos de estudo do Ministério das Relações Exteriores dos Estados Unidos durante ainda a Segunda Guerra, com vistas ao planejamento e posterior atendimento das necessidades econômicas do país.

<sup>5</sup> Reunião dos bispos para tratar de assuntos relacionados à fé, doutrina e disciplina da Igreja, não sendo necessária a presença de todos estes para que ele se realize. No primeiro deles, o de Nicéia (atual Turquia), em 325, convocado pelo Imperador Constantino, o Bispo de Roma não teria participado, por não ter sido convidado. Küng (2002, p. 63-64). O Concílio tentaria afirmar a linha já adotada pela cúpula da Igreja. Basta recordar o caso do padre de Lamennais, considerado um dos fundadores do catolicismo social ou mesmo do socialismo religioso, declarado apóstata pelo Papa Gregório XVI, em julho de 1834, sob justificativa de heresia e subversão (LAMENNAIS, 1998, p. v-xvi).

<sup>6</sup> Por exemplo, quando da morte de seu Secretário de Estado, Cardeal Luigi Maglione, em 1944, Pio XII optaria por não nomear um sucessor, acumulando a função – fato inédito desde o século XV. Como adjuntos da área, Domenico Tardini – futuro Secretário de Estado de João XXIII – e Giovanni Montini – futuro Paulo VI. Este, apesar de fiel a Pio, seria removido em 54 para a Sé de Milão. Para isso, admitir-se-iam várias causas, entre outras, a antipatia da Cúria, por complacência sua ao socialismo (Cf. MARTINA, 1997, p. 234-235); CORNWELL, 2000, p. 393); irritações constantes de Pio XII na demora em comunicar-lhes alguns fatos, em função de sua independência no cargo (Cf. MARTINA, 1997, p. 234-235; CAHILL, 2002, p. 203-212); a suposta denúncia de irregularidades no Banco do Vaticano, administrado por dois sobrinhos de Pio (Cf. CORNWELL, 2000, p. 393). Sobre o posicionamento de parte do episcopado (Cf. LEBEC, 1999, p. 136).

<sup>7</sup> O estreitamento das relações militares com os Estados Unidos, durante o conflito na Europa, corroboraria a expectativa da formação de um relacionamento especial, que se expressaria em auxílio econômico e tecnológico. De toda forma, a influência, no plano ideológico, seria significativa, caracterizada na criação, em 1949, da Escola Superior de Guerra, comandada pelo General Oswaldo Cordeiro de Farias, fundamentada na *National War College*, estruturada em 46, e chefiada pelo Vice-Almirante Harry Hill. Seu corolário seria o anticomunismo e o livre-comércio (SERBIN, 2001, p. 87).

<sup>8</sup> A aversão comunista era forte nos Estados Unidos, porque contrastava com o americanismo, ou seja, o individualismo e a livre iniciativa (HOBSBAWM, 2002, p. 232). Em relação à Santa Sé, o Papa Pio IX lançou, em 1864, a encíclica *Syllabus errorum modernorum* – Sumário dos erros modernos – em que condenava, além do comunismo,

o socialismo, racionalismo, panteísmo, indiferentismo e outros (KÜNG, 2001, p. 205).

<sup>9</sup> Em depoimento à Biblioteca Harry S. Truman, em outubro de 1971, o Almirante de Esquadra Robert Dennison, ajudante-de-ordens do Presidente Truman (1948-53) e Comandante-Chefe da Esquadra da OTAN (1960-63), último posto que ocuparia, afirmou que a famosa frase atribuída a Stalin – Quantas divisões tem o Papa? – nunca teria sido proferida. Segundo ele, em Potsdam, Churchill ou outro teria afirmado que a Igreja Católica poderia influenciar as estratégias a serem adotadas, ao que Stalin retrucaria, em tom de zombaria, sobre o poder de fato do Vaticano. Dennison, quando servia na Casa Branca, teria perguntado ao Embaixador Charles Bohlen, que havia participado das conferências, sobre a expressão e este lhe afirmaria que ela nunca houvera sido dita. Disponível em: <[www.trumanlibrary.org/orallhist/dennison2.htm](http://www.trumanlibrary.org/orallhist/dennison2.htm)>. Acesso em ago. 2003.

<sup>10</sup> Forças transnacionais seriam os movimentos e as correntes de origem privada – idéias, capital, mercadorias e pessoas – que tentariam estabelecer-se além de uma determinada fronteira, influenciando, com diferente intensidade, as relações internacionais (Cf. MERLE, 1981, p. 275).

<sup>11</sup> Saraiva chama de relação quente o período de 47 a 55 – desconfiança mútua, com corrida atômica – e coexistência pacífica, o de 55 a 68 – convivência tolerável, com negociações para um sistema de segurança mundial (Cf. SARAIVA, 2001, p. 37).

<sup>12</sup> O receio da destruição mútua inevitável travaria a tentação de usá-las. A sigla MAD – *mutually assured destruction* – ser-lhe-ia apropriada (Cf. HOBBSAWM, 2002, p. 224).

<sup>13</sup> Consoante Küng (2001, p. 82), Santo Agostinho não teria tido a intenção de glorificar a Igreja e o Papa no Estado de Deus, nem de desprestigiar o Imperador no Estado terreno. Não teria pensado sua obra em termos de instituições e pessoas, ou seja, não teria desejado politizar e personificá-la.

<sup>14</sup> Pio XII enfatizaria que democracia sem catolicismo não seria viável.

<sup>15</sup> O Cardeal Alfredo Ottaviani afirmava: “Você pode dizer o que quiser da divindade de Cristo, mas se, na aldeia mais remota da Sicília, você votar em um comunista, sua excomunhão chegará no dia seguinte” (CAHILL, 2002, p. 234). Sobre o relacionamento com os comunistas: a excomunhão para os que apoiassem uma doutrina materialista e anticristã teria pouca repercussão prática. O Cardeal Domenico Tardini observaria que apenas a Itália teria mais de sete milhões de excomungados. Entre os operários e seus sindicatos, firmar-se-ia a convicção de que a Igreja Católica apoiava o patronato e não os trabalhadores, reforçando o anticlericalismo (MARTINA, 1997, p. 252-253; CORNWELL,

2000, p. 370-371). Quanto à URSS: Como o país, além de fundador da Organização das Nações Unidas (ONU), era membro permanente do seu Conselho de Segurança, o Papa não demonstraria muita simpatia à organização, certamente estendida às demais que contassem com a participação de países comunistas (JOHNSON, 2001, p. 615). Todavia, não haveria aversão a organismos internacionais, mas problemas para neles participar em face do teor do Tratado de Latrão, de 1929, que proibiria o Vaticano de participar de conflitos temporais entre Estados; na ONU, o Vaticano haveria de participar, por meio do voto, de questões comerciais ou militares. Além disso, como se cobraria a contribuição anual, visto que o país não produzia bens materiais de qualquer espécie? A solução seria, por meio de um estatuto à parte, colocá-lo como observador (LEBEC, 1999, p.108-109).

<sup>16</sup> O Vaticano nunca iniciaria o estabelecimento de laços diplomáticos. Reciprocá-lo-ia no mesmo âmbito (LEBEC, 1999, p. 103, 130). Anteriormente, os Estados Unidos mantiveram um representante pessoal do Presidente, Myron Taylor, episcopalista, porque não precisaria de aprovação senatorial. Taylor, no entanto, teria *status* de embaixador, ficando de 1940 a 50, e influenciaria a política anti-comunista vaticana. O seu substituto seria Clark, mas isso implicaria reconhecer o Vaticano como Estado, mas, para o Senado, como Igreja, o que não seria aceito, levando o Presidente Truman a desistir da indicação, deixando-a vaga. Apenas em 1969, o Presidente Nixon indicaria Henry Cabot Lodge, como representante pessoal novamente. Na gestão Reagan, em 1984, estabelecer-se-iam relações diplomáticas, encerrando uma proibição que remontava a 1868.

<sup>17</sup> A reaproximação diplomática só se daria na gestão de Paulo VI, com a ajuda do hábil Cardeal Agostino Casaroli, a partir da *Ostpolitik*, de João XXIII, que seria a iniciativa vaticana para retomar o diálogo com o Leste Europeu (MARTINA, 1997, p. 245-248). Na China comunista, o governo reprimiria os sacerdotes que não aceitassem uma igreja nacional. Na gestão de Paulo VI, optar-se-ia pelo termo “obstáculo”, ou mais otimisticamente, de direção à normalização das relações diplomáticas (BERSTEIN; POLITI, 2000, p.190-191).

<sup>18</sup> De início, o Vaticano incorporaria os avanços nas ciências físicas, por meio da Pontifícia Academia de Ciências. Simultaneamente, em função da má utilização de alguns dos avanços científicos, a Igreja granjearia simpatia, ao afirmar que a ciência dever-se-ia pautar por princípios morais. Em relação aos estudos bíblicos e históricos, a teologia absorveria as noções de historicidade dos dogmas e práticas da Igreja. Os conservadores se valeriam do neoescolasticismo para refutá-las (CHIOVARO; BESSIÈRE, 1997, p.115).

<sup>19</sup> Chardin fora proibido de lecionar no Collège de France desde 1948. No entanto, seus escritos seriam copiados e circulariam clandestinamente. Parte seria publicada postumamente, mas o Santo Ofício ordenaria a sua retirada das bibliotecas seminaristas (MARTINA, 1997, p. 265).

<sup>20</sup> Pio XII e Paulo VI internacionalizariam a Cúria Romana e o Colégio dos Cardeais. Pio XII seria o primeiro papa a nomear cardeais com sés, ou seja, com jurisdição episcopal, na África, Índia e China (MARTINA, 1997, p. 238-241). A necessidade de um clero autóctone já havia sido reconhecida no século XIX pelos papas Gregório XVI e Leão XIII e no século XX, com Bento XV e Pio XI, que, inclusive, sagraria seis bispos chineses em 1926. João XXIII nomearia os primeiros cardeais da África, Japão e Filipinas, embora aumentasse a proporção de italianos no Colégio dos Cardeais (REESE, 1999, p. 133-134).

<sup>21</sup> João Paulo II, ao beatificá-lo, caracterizou, para Küng (2001, p. 224), uma farsa do Vaticano e uma recusa às recentes confissões de culpa assumida pelo próprio Papa em nome do pontificado, sobre comunismo e relativismo.

<sup>22</sup> Adotaria o costume, seguido tanto por Paulo VI como João Paulo II, de praticamente não substituir os membros da Cúria, ao assumir o cargo, mesmo em relação aos que votaram contra sua eleição. Sua aparência obesa tornava-o um camponês espirituoso, com jeito de avô (Cf. JOHNSON, 2001, p. 145). Em seus contatos religiosos, comportava-se com simplicidade, bondade e humildade que granjeava a simpatia e respeito de todos (Cf. REESE, 1999, p. 145, 206; CHIOVARO; BESSIÈRE, 1997, p. 117).

<sup>23</sup> “(...) pensava-se que ele seria um Papa de transição, aceitável e moderado, até o momento de introduzir uma geração mais jovem e liberal” (JOHNSON, 2001, p. 616). Ele foi o mais velho do século, com 76 anos, embora, para muitos não tivesse sido surpresa, porque metade dos cardeais que votara tinha mais de 80 anos (REESE, 1999, p. 141-142). Em seu discurso de posse, afirmaria: “Quase todos eles (os papas de nome João) tiveram um pontificado de curta duração”. Soaria como um presságio (LEBEC, 1999, p. 135).

<sup>24</sup> Causaria estupor aos extremistas de direita ao receber a família do genro de Kruschew, Alexei Adjubei, em audiência reservada. Mais tarde, ao privar com o Diretor da CIA, John McCone, afirmar-lhe-ia que todos mereceriam ser abençoados.

<sup>25</sup> “(...) endossou a intervenção do Estado em assuntos sócio-políticos, princípio valorizado do socialismo, e exigiu respeito pelos direitos tanto individuais quanto sociais” (ALLEN JÚNIOR, 2003, p. 24).

<sup>26</sup> “Até mesmo o Cardeal (Giacomo) Lercaro, um dos liberais mais francos da Itália católica, fi-

cou furioso: ‘Como ele ousa reunir um concílio depois de 100 anos e somente três meses após sua eleição?’. Chamou João de temerário e impulsivo, inexperiente e sem cultura – se bem que privadamente. Até o amigo de João, Montini, mostrou-se cético, confiando a um amigo: ‘Esse santo velho menino parece não se dar conta de que está mexendo em casa de maribondo’” (CAHILL, 2002, p. 219-221).

<sup>27</sup> Seu futuro Secretário de Estado, Cardeal Tardini, fizera pouco de sua capacidade diplomática pretérita. Não o considerava como naturalmente pertencente à carreira. Ao falecer em julho 61, seu substituto seria o Cardeal Cicognani – Amleto e não Gaetano, seu irmão (CAHILL, 2002, p. 211). “Tardini, que não era um homem especialmente afável, (...) era conhecido por não ter boa opinião a respeito dos *insights* e da inteligência de Roncalli” (MARTINA, 1997, p. 276). “João não via nenhuma beleza imaculada no comunismo; ele simplesmente queria agir como Cristo com todos os homens, por mais ignorantes que fossem” (CAHILL, 2002, p. 234). Quando Patriarca de Veneza, fora punido por receber dirigentes do Partido Socialista Italiano. Kruschew, em entrevista ao Pravda, afirmara que “(...) João XXIII presta um tributo à razão (...) Não se trata de temer o julgamento de Deus, no qual, como ateu, não acredito, mas de acolher com alegria o apelo para negociar, independentemente de onde vier” (CAHILL, 2002, p. 239-242). Em dezembro do mesmo ano, Kruschew reforçaria com nova entrevista ao Pravda e Izvestia: “A preocupação do Papa João pela paz mostra que ele leva em consideração os sentimentos de milhões de católicos (...) O apelo dele é de bom augúrio” (LEBEC, 1999, p. 137).

<sup>28</sup> A colegialidade seria a mudança mais importante e mais almejada, porque implicaria o reconhecimento da partilha da autoridade espiritual entre o sumo pontífice e os bispos, o que sinalizaria o fim da ideologia do poder do Papa desencadeada pelo Concílio Vaticano I, mantida até a gestão de Pio XII. João XXIII observaria o próprio Concílio como o ponto de partida de mudança de gestão de poder, ao descentralizá-lo de uma monarquia para as dioceses do mundo inteiro, de modo que negaria, na prática, a infalibilidade papal ao garantir que a verdadeira fonte de autoridade seria plural. Ele não cria que os bispos fossem meros autómatos, aprovando as deliberações das comissões, mas que, munidos de suas experiências locais, abordassem, com refletida experiência, as questões mais importantes da Igreja e da comunidade a que pertenciam.

<sup>29</sup> Os bispos de países comunistas viriam sob a égide de delegação nacional, o que confrontaria com a Constituição da Igreja, que os convocava individualmente porque seriam os sucessores naturais

dos apóstolos e não em função da localidade geográfica de suas dioceses (LEBEC, 1999, p. 144).

<sup>30</sup> “João planejou e organizou o encontro (...) contra uma forte e persistente oposição por parte da Cúria. Sua posição não era, de modo algum, todo-poderosa, porque, embora ele, pessoalmente, fosse popular em todos os níveis da Igreja, não pôde ou não quis reorganizar a burocracia vaticana” (JOHNSON, 2001, p. 617). Para Küng (2001, p. 229), isto seria uma “concessão fatal” de João XXIII.

<sup>31</sup> João XXIII cria ser o episódio um “teatro de sombras” (LEBEC, 1999, p. 145). A colocação de mísseis nucleares seria mais para forçar negociações sobre o *status* de Berlim que para proteger Cuba.

<sup>32</sup> Em função de sua abertura política, João XXIII passaria a receber muitos chefes de Estado, além dos líderes religiosos. Pio XII houvera recebido apenas 10 em um pontificado de quase 20 anos, enquanto ele, em menos de 5, receberia 34.

<sup>33</sup> Esta região fora polonesa – Lvov-, austríaca – Lemberg, novamente polonesa – Lvov –, russa – Lviv – e, finalmente, ucraniana – Leópolis. O então Arcebispo foi um entre os 500 mil fiéis católicos condenados a trabalhos forçados na Sibéria (Cf. MARTINA, 1997, p. 248-249; CAHILL, 2002, p. 253; JOHNSON, 2001, p. 617; LEBEC, 1999, p. 146, 158-161). A Metrópole (Arcebispo) de Kiev, em 1595, uniu-se à Roma, separando-se do Patriarcado de Constantinopla, ao não aceitar o de Moscou – que se tornaria independente também de Constantinopla em 1657. Passaria a ser chamada de Igreja Católica Ucraniana de Rito Grego em separação à Igreja Ortodoxa Ucraniana, ligada ao de Constantinopla – a partir de 1600, Patriarcado Eumênico.

<sup>34</sup> O autor crê que há exagero na afirmação do político italiano, mas destaca que outras personalidades políticas reconhecem a importância da gestão diplomática do Papa beatificado.

<sup>35</sup> Em setembro de 61, ele reafirmaria este compromisso em mensagem à Conferência dos Não Alinhados, na Iugoslávia, ao lembrar os estadistas de que a maior responsabilidade era a manutenção da paz mundial (Cf. CAHILL, 2002, p. 239; JOHNSON, 2001, p. 619).

<sup>36</sup> Um papa sério, mas falto de resolução, que procedia levando mais em consideração as questões da Cúria do que do Concílio (KÜNG, 2001, p. 229). Apesar de imensamente culto, a indecisão marcava-lhe as atitudes, optando, no fim, pelo tradicionalismo. Seria um papa hamletiano. Seria considerado como a representação da angústia entre o reencontro com o mundo moderno e o receio de abandonar a dimensão sobrenatural da fé. (CHIOVARO; BESSIÈRE, 1977, p. 117-118). Seria liberal, mas vacilante entre progressistas e tradicionalistas (CORNWELL, 2000, p. 404). Sua palavra preferida seria a conjunção adversativa *mas*. Este

autor também lembra o fato de ele ser chamado de Hamlet (CAHILL, 2002, p. 271).

<sup>37</sup> “O já enfermo João XXIII obviamente considerava o Cardeal de Milão, Giovanni Batista Montini, o homem certo para concluir o trabalho que ele começara no Vaticano II” (BERSTEIN; POLITI, 2000, p. 119).

<sup>38</sup> O autor aponta uma série de desmandos cometidos pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria, mencionando como um dos seus artífices principais o ex-Chefe da Assessoria de Segurança Nacional e ex-Ministro das Relações Exteriores, Henry Kissinger, que seria galardoado com o Prêmio Nobel da Paz, em 1973. Basicamente, suas ações relacionar-se-iam, além do Vietnã, no Camboja, Laos, Chile, Paquistão e Indonésia.

<sup>39</sup> Menosprezar-se-ia a capacidade dos Estados Unidos, ao lado da Grã-Bretanha e da então Alemanha Ocidental, de se reorganizar tanto política – neoliberalismo e endurecimento ideológico com a União Soviética – como economicamente – liberação dos fluxos de capitais, revolução microeletrônica e diminuição do Estado do bem-estar social, apesar dos reveses que isso provocaria em suas próprias populações.

<sup>40</sup> Como em outros conflitos em que os Estados Unidos participaram, a invocação da instalação de um regime democrático seria também utilizada.

<sup>41</sup> Os bispos seriam novamente considerados discípulos do Papa.

<sup>42</sup> Duas das três exigências práticas centrais dos reformadores foram satisfeitas em princípio: o uso do vernáculo na liturgia e a abertura da comunhão eucarística para incluir a oferta do cálice também aos leigos, mas o celibato clerical não seria sequer discutido, bem como o divórcio, uma nova forma de nomeação dos bispos e a reforma da cúria e do próprio papado. A fórmula teológica de Paulo VI seria manter a doutrina clássica, ao colocar que os bispos só seriam católicos se se mantivessem unidos à fé e lei do papa.

<sup>43</sup> O Decreto da Liberdade Religiosa, fruto do trabalho do jesuíta norte-americano John Murray, outro silenciado na gestão de Pio XII, seria visto como útil em relação ao mundo comunista pelo então Arcebispo de Cracóvia, futuro Papa João Paulo II, que conseguiria os votos dos bispos do Leste europeu, especialmente os poloneses, para sua aprovação.

<sup>44</sup> O Cardeal Alfredo Ottaviani, da Congregação para a Doutrina da Fé (antigo Santo Ofício), chegaria a proferir que preferiria morrer antes do fim do concílio para continuar a ser católico, enquanto o Cardeal Giuseppe Siri, Arcebispo de Gênova e ex-Presidente da Conferência dos Bispos da Itália, afirmaria que o papa era o maior desastre da história eclesial desde o Grande Cisma e dos papas Bórgias. O historiador britânico Eamon Duffy

consideraria o Concílio Vaticano II como o “(...) evento cristão mais revolucionário desde a Reforma” (CAHILL, 2002, p. 229, 238, 266).

<sup>45</sup> João Paulo II, em 1980, proferiria: “A Igreja do Vaticano II, a do Vaticano I e a do Concílio de Trento são uma mesma Igreja” (BERSTEIN; POLITI, 2000, p. 409).

<sup>46</sup> Graças à influência do Cardeal Bea, João XXIII passaria a chamar os cristãos não católicos de irmãos separados e não mais de cismáticos, hereges ou dissidentes. Não se estimulava, todavia, a cooperação entre católicos e acatólicos. Por exemplo, um médico católico não poderia chamar um sacerdote ortodoxo para confortar espiritualmente um doente, mas apenas informá-lo de que alguém lhe desejaria falar, mas sem expressar motivo.

<sup>47</sup> Chame-se a atenção para a configuração da Secretaria de Estado do Vaticano, que não se assemelha ao Ministério das Relações Exteriores dos Estados Unidos – também denominado de Secretaria de Estado –, mas à chefia de gabinete do pontificado do papa, ou seja, algo próximo ao papel de uma chancelaria – primeiro-ministro. Ela divide-se em duas: a de relações exteriores e a de assuntos gerais (REESE, 1999, p. 241-242).

<sup>48</sup> “(...) na aparência (onde isso não lhe custava nada), a Igreja era progressista, como na encíclica *Populorum progressio*. Mas internamente, em seus próprios interesses, era reacionária e publicou uma encíclica sobre o celibato (*Sacerdotalis coelibatus*) (...) que deve haver um celibato obrigatório para os padres” (KÜNG, 2001, p. 232). Essa encíclica representaria a terceira via – nem marxismo coletivista, nem capitalismo liberal. Na ONU, em 1965, em sua segunda viagem fora do território italiano, pediria o fim das guerras. Afirma-se que, desde o início, o papado teria sido amplo defensor das Nações Unidas como a maior esperança de paz. Entretanto, isso contrasta com a afirmação de Johnson – nota 34 – sobre a posição de Pio XII a respeito de organismos internacionais (CAHILL, 2002, p. 268-269; REESE, 1999, p. 370).

### Bibliografia

- ALLEN JÚNIOR, John. *Conclave a política, as personalidades e o processo da próxima eleição papal*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. 2. ed. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BERSTEIN, Carl; POLITI Marco. *Sua Santidade João Paulo II e a história oculta de nosso tempo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- CAHILL, Thomas. *Papa João XXIII*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- CHIOVARO, Francesco; BESSIÈRE, Gérard. *Urbi et orbi: dos mil anos de papado*. Barcelona: BSA, 1997.
- CHOMSKY, Noam. *O que o Tio Sam realmente quer*. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.
- CORNWELL, John. *O papa de Hitler: a história secreta de Pio XII*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- GADDIS, John. *We now know: rethinking Cold War history*. Nova York: Oxford University, 1998.
- GENTILI, Pablo. *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HITCHENS, Christopher. *O julgamento de Kissinger*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 25. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- JOÃO XXIII, Encíclica de. *Pacem in Terris*. A paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade. 11 abr 1963. *Vaticano*: site oficial. Disponível em: <[www.vatican.va/holy\\_father/john\\_xxiii/encyclicals/documents/hf\\_j-xxiii\\_enc\\_11041963\\_pacem\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem_po.html)>. Acesso em: ago. 2003.
- JOHNSON, Paul. *História do cristianismo*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.
- KÜNG, Hans. *Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- LAMENNAIS, Félicité de. *Palavras de um homem de fé*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LEBEC, Éric. *História secreta da diplomacia vaticana*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MAGNOLI, Demétrio. *Da Guerra Fria à détente: política internacional contemporânea*. Campinas: Papirus, 1988.
- MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero a nossos dias*. São Paulo: Loyola, 1997. v. 4.
- MERLE, Marcel. *Sociologia das relações internacionais*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- PAULO VI, Encíclica de. *Ecclesiam suam*. Os caminhos da Igreja. 6 ago. 1964. *Vaticano*: site oficial. Disponível em: <[www.vatican.va/holy\\_father/paul\\_vi/encyclicals/documents/hf\\_p-vi\\_enc\\_06081964\\_ecclesiam\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_06081964_ecclesiam_po.html)>. Acesso em: ago 2003.

PAULO VI, Encíclica de. *Populorum progressio*. Sobre o desenvolvimento dos povos. 26 mar. 1967. *Vaticano*: site oficial. Disponível em: <[www.vatican.va/holy\\_father/paul\\_vi/encyclicals/documents/hf\\_p-vi\\_enc\\_26031967\\_populorum\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum_po.html)>. Acesso em: ago 2003.

PIO XII, Discurso radiofônico de. *Ecco alfine terminata*. Fim da guerra na Europa. 09 maio 1945. *Vaticano*: site oficial. Disponível em: <[www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/speeches/documents/hf\\_pxii\\_spe\\_19450509\\_radiomessage-war\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/speeches/documents/hf_pxii_spe_19450509_radiomessage-war_po.html)>. Acesso em: ago. 2003.

PIO XII, Encíclica de. *Communium interpretes dolorum*. Para pedir orações públicas entre os povos. 15 abr. 1945. *Vaticano*: site oficial. Disponível em: <[www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/encyclicals/documents/hf\\_pxii\\_enc\\_15041945\\_communium-interpretes-dolorum\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_pxii_enc_15041945_communium-interpretes-dolorum_po.html)>. Acesso em ago. 2003.

REESE, Thomas. *O Vaticano por dentro: a política e a organização da Igreja Católica*. Bauru: EDUSC, 1999.

SADER, Emir. *Século XX. Uma biografia não autorizada: o século do imperialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SAINT-PIERRE, Héctor. *Max Weber: entre a paixão e a razão*. Campinas: UNICAMP, 1991.

SARAIVA, José Flávio (Org.). *Relações internacionais: dois séculos de história. Entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)*. Brasília: FUNAG, 2001.

SERBIN, Kenneth. *Diálogos na sombra. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VESENTINI, José William. *Imperialismo e geopolítica global*. Campinas: Papyrus, 1990.

VIZENTINI, Paulo (Org.). *A grande crise: a nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90*. Petrópolis: Vozes, 1992.